

A teoria schilleriana da literatura moderna

I

A teoria da literatura moderna, da fundamentação de suas particularidades e da razão de ser dessas particularidades, desenvolveu-se, desde o aparecimento da classe burguesa, sempre em estreita conexão com a teoria da Antiguidade. Seria preciso que o domínio da classe burguesa estivesse bem consolidado, que tivesse se tornado óbvio, para poder produzir uma teoria da literatura moderna sem esse paralelo histórico, puramente a partir das condições externas e internas do surgimento dessa literatura. Contudo, no momento em que as bases econômicas da sociedade burguesa se tornaram óbvias, a ideologia burguesa já estava ingressando no período da apologética: ela não dispunha mais de suficiente desenvoltura e intrepidez para investigar de modo cientificamente imparcial as possibilidades ideológicas e artísticas de sua literatura com base em uma análise crítica de seus pressupostos e suas condições sociais. O grande período da teoria burguesa da literatura, que chega a um término com a poderosa síntese histórico-mundial da história da literatura e da arte na *Estética*¹ de Hegel, baseia-se do começo ao fim na concepção da Antiguidade como o cânon da arte, como o modelo inacessível de toda arte e literatura.

¹ G. W. F. Hegel, *Vorlesungen über die Ästhetik*, 3 v. (Berlim, Ducker und Humblot, 1842) [ed. bras.: *Cursos de estética I*, trad. Marco Aurélio Werle, 2. ed., São Paulo, Edusp, 2001].

Não pode ser nossa tarefa aqui enumerar as diferentes etapas, os diferentes métodos e resultados da comparação entre a literatura antiga e a moderna da época da Renascença até o idealismo alemão clássico.

Para determinar corretamente a posição histórica específica de Schiller nesse desenvolvimento, devemos restringir-nos, por um lado, a constatar que essas considerações teórico-literárias dos séculos XVI a XVIII eram, na maior parte, de caráter puramente empírico ou abstrato-técnico e raramente se alçavam ao nível de uma análise filosófico-histórica. Por outro lado, temos de enumerar em forma de síntese concisa e analisar pelo menos os motivos principais que constituíram a base social dessa confrontação teórico-literária.

Quanto a seus problemas imediatos de conteúdo e forma, a recente literatura burguesa assumiu mais a herança da Idade Média do que a da Antiguidade. Isso é compreensível, pois a classe burguesa moderna se desenvolveu economicamente a partir da burguesia citadina da Idade Média para mais tarde se converter na força que implodiu o sistema feudal. Inclusive onde os primeiros grandes representantes da literatura burguesa se encontram na mais acirrada luta ideológica contra o sistema feudal em declínio, onde eles desenvolvem a partir dessa luta formas completamente novas de figuração artística, essa nova literatura, por sua natureza, vincula-se às formas e aos conteúdos medievais, mesmo que com frequência o faça de uma forma irônico-satírica que solapa as antigas ideologias e seus modos de figuração artística (Ariosto, Rabelais, Cervantes). A novela moderna, o romance moderno, o drama moderno do tipo shakespeariano e a forma lírica moderna (Reim etc.) preservam um legado imensurável do mundo formal surgido na Idade Média. Obviamente há uma série de formas importantes (o drama classicista, a renovação da epopeia, a sátira, o poema didático, a ode etc.) que se originaram de uma recepção mais ou menos direta de modelos da Antiguidade. E é bem típico dos primeiros períodos da moderna teoria burguesa da literatura que ela leve em conta quase exclusivamente essas formas em suas análises e rejeite as demais como ausência bárbara de forma. (Confira o juízo sobre Shakespeare emitido ainda por Voltaire.) As novas formas especialmente características da literatura burguesa, sobretudo o romance, desenvolveram-se quase completamente à margem da teoria da literatura, sem serem levadas em consideração por ela.

No entanto, não se pode conceber o ideal da Antiguidade como estável nem sequer no aspecto artístico. No decorrer do desenvolvimento e do fortalecimento da classe burguesa, no curso de sua autonomização cada vez

maior, de sua desvinculação do pacto com o reinado contra a nobreza feudal, transformam-se o conteúdo e a forma da Antiguidade posta como ideal. Em termos históricos: o ideal se desloca de modo crescente de Roma para a Grécia; o lugar de Sêneca passa a ser ocupado por Sófocles, o de Virgílio por Homero etc. Já esse deslocamento, que igualmente foi muito desigual e contraditório, que transcorreu em meio a fortes reveses, prova o quanto seria errônea uma esquematização do tipo sociológico-vulgar, ou seja, a associação de certas tendências tomadas em sentido formal com certos posicionamentos próprios de classe.

O modelo da Antiguidade foi o ideal político necessário da classe burguesa que lutava por sua autonomia e pelo poder do Estado. A pólis antiga cada vez mais se tornou o modelo político dos revolucionários burgueses, até que esse desenvolvimento chegou à consecução prática na Revolução Francesa. Uma consecução, todavia, que escancarou na prática a diferença entre sociedade antiga e moderna, que mostrou de modo vívido que a pólis antiga e o ideal do cidadão da pólis não puderam proporcionar nem o conteúdo nem a forma da revolução burguesa moderna, da sociedade burguesa moderna, mas foram simplesmente a fantasia – necessária –, a ilusão – necessária – de seu período heroico. Marx diz: “Robespierre, Saint-Just e seu partido sucumbiram por terem confundido a *antiga comunidade realista-democrática*, baseada na *escravidão real*, com o *moderno Estado representativo espiritualista-democrático*, que descansa sobre a *escravidão emancipada*, sobre a *sociedade burguesa*”². A profunda necessidade social dessa ilusão heroica também se evidencia no fato de que, logo depois de seu primeiro fracasso diante da realidade burguesa do período napoleônico, ela voltou a alçar-se à condição de ideologia dominante do período, ainda que em outras formas e com conteúdo parcialmente (mas só parcialmente) modificado.

De modo perspicaz, Marx pôs a descoberto a base social dessa ilusão em sua análise fundamental da necessidade da cisão do consciente político-social burguês em *citoyen* [cidadão] e *bourgeois* [burguês]. Essa cisão é decorrência necessária da relação entre a sociedade burguesa moderna e seu Estado, entre o membro individual da sociedade burguesa e esse Estado e entre a base capitalista e sua superestrutura estatal. Marx diz o seguinte sobre essa relação:

² K. Marx e F. Engels, “Die heilige Familie oder Kritik der kritischen Kritik gegen Bruno Bauer und Kunsorten”, em *Werke*, v. 2 (Berlim, Dietz, 1972), p. 129 [ed. bras.: *A sagrada família ou a crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*, trad. Marcelo Backes, São Paulo, Boitempo, 2011, p. 141].

Onde o Estado político atingiu a sua verdadeira forma definitiva, o homem leva uma vida dupla não só mentalmente, na consciência, mas também na *realidade*, na vida concreta; ele leva uma vida celestial e uma vida terrena, a vida *na comunidade política*, na qual ele se considera um *ser comunitário*, e a vida *na sociedade burguesa*, na qual ele atua como *homem privado*, encara os demais homens como meios, degrada a si próprio à condição de meio e se torna um brinquedo na mão de poderes estranhos a ele. A relação entre o Estado político e a sociedade burguesa é tão espiritualista quanto a relação entre o céu e a terra. A oposição entre os dois é a mesma, e o Estado político a supera da mesma maneira que a religião supera a limitação do mundo profano, isto é, sendo igualmente forçado a reconhecê-la, produzi-la e deixar-se dominar por ela. Na sua realidade *mais imediata*, na sociedade burguesa, o homem é um ser profano. Nesta, onde constitui para si mesmo e para outros um indivíduo real, ele é um fenômeno *inverídico*. No Estado, em contrapartida, no qual o homem equivale a um ser genérico, ele é o membro imaginário de uma soberania fictícia, tendo sido privado de sua vida individual real e preenchido com uma universalidade irreal.³

Concomitantemente, porém, decorre dessa mesma relação que, em conformidade com sua existência, *citoyen* e *bourgeois* acabam formando uma unidade indivisível, pois a “cisão” se efetua sempre dentro de um só e do mesmo indivíduo. E, nessa unidade, conforme a existência, o *bourgeois* sempre tem a supremacia, embora, em conformidade com a consciência, a “cisão” seja necessária e nela surja uma liderança imaginária – ilusória ou fingida – por parte do *citoyen*.

A divisão social do trabalho no capitalismo reproduz essa contradição em nível cada vez mais elevado, visto que especializa as áreas específicas da atividade social de modo cada vez mais enérgico, concedendo-lhes cada vez mais intensamente uma autonomia relativa e, no decorrer desse desenvolvimento, alça o Estado cada vez mais à região espiritualista de uma “universalidade” que se contrapõe aos interesses particulares dos *bourgeois* individuais. Essa ilusão de independência do Estado em relação à sociedade burguesa, do predomínio do interesse universal imaginário em relação aos reais interesses particulares dos *bourgeois* constitui, portanto, um produto tão necessário da divisão social do trabalho no capitalismo quanto a conexão de fato entre ambos, quanto o predomínio de fato do desenvolvimento econômico real sobre todas

³ Idem, “Zur Judenfrage”, em *Werke*, v. 1 (Berlim, Dietz, 1976), p. 354-5 [ed. bras.: *Sobre a questão judaica*, trad. Nélio Schneider, São Paulo, Boitempo, 2010, p. 40-1].

as ilusões que o acompanham. Obviamente nesse ponto não se pode reduzir de maneira mecânica a um mesmo denominador toda ilusão nem toda consciência falsa. As ilusões heroicas da burguesia combativa dos séculos XVII e XVIII são algo bem diferente das dissimulações apologéticas das contradições da sociedade burguesa desenvolvida que já afloram nitidamente.

O recurso à pólis antiga, a análise de suas experiências visando à construção da própria teoria política de Estado, é um movimento decididamente progressista no período da burguesia em ascensão. Por trás da ilusão dupla de que uma realização da democracia da pólis seria possível como tarefa revolucionária futura e que o cumprimento das exigências revolucionárias da classe burguesa poderia levar à superação das contradições reais que estão na base de sua existência econômica situa-se justamente a luta implacável e heroica dos melhores líderes ideológicos do período revolucionário da burguesia. Nesse caso, portanto, o recurso a um passado distante constitui um utopismo progressista, bem em oposição ao posterior recurso romântico à Idade Média como ideal, em cuja base de fato se encontra o desejo – dos representantes sinceros dessa orientação – de resolver as contradições da sociedade capitalista mediante a recondução econômica desta a um estágio em que as contradições ainda não existiam.